

—☆ continuação

| 12. Obrigações tributárias:             | 2015         | 2014         |
|---|--------------|--------------|
| INSS retido a recolher                  | 138          | 635          |
| IRPJ a recolher                         | 3.687        | 26           |
| IRRF a recolher - PJ                    | 12           | 41           |
| CSLL a recolher                         | 1.352        | -            |
| ISS retido a recolher                   | 83           | 115          |
| Retenção da Lei nº 10.833/03 a recolher | 83           | 98           |
| Outros impostos/contribuições           | 191          | 541          |
|   | <b>5.546</b> | <b>1.456</b> |

Os impostos e as contribuições a recolher, inclusive aqueles decorrentes de retenções, estão assim compostos no passivo circulante, em que foram registrados os juros e as atualizações até 31 de dezembro de 2015 decorrentes dos impostos pendentes de pagamento.

| 13. Contingências: a) Composição: | 2015          | 2014          |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| Ações cíveis                      | 7.409         | 8.031         |
| Ações fiscais                     | 2.606         | 2.606         |
|                                   | <b>10.015</b> | <b>10.637</b> |

| b) Movimentação: | 2014          | Adições | Reversão     | Baixas | 2015          |
|------------------|---------------|---------|--------------|--------|---------------|
| Ações cíveis     | 8.031         | -       | (622)        | -      | 7.409         |
| Ações fiscais    | 2.606         | -       | -            | -      | 2.606         |
|                  | <b>10.637</b> | -       | <b>(622)</b> | -      | <b>10.015</b> |

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgão governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis e outros assuntos. As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados. **Contingências passivas não provisionadas:** As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 6.266 em 2015 (R\$ 6.529 em 2014), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **14. Patrimônio líquido: Capital social:** O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 9.066 (em 2014, o mesmo valor). A composição acionária está distribuída das seguintes formas:

| Acionista                         | %          | 2015         |
|-----------------------------------|------------|--------------|
| Mafe Energia e Participações S.A. | 99         | 8.975        |
| Mara Daisy Gil Dias               | 1          | 91           |
|                                   | <b>100</b> | <b>9.066</b> |

**Política de dividendos:** Observado o disposto no artigo 17, I, da Lei nº 6.404/76, aos acionistas é assegurado o direito de receber um dividendo anual obrigatório não inferior a 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: **i.** Quota destinada à constituição de reserva legal; **ii.** Importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; **iii.** Lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

| 15. Receita líquida:                | 2015          | 2014          |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| Fornecimento                        | 50.940        | 30.755        |
| Doações, contribuições e subvenções | 28.117        | 15.800        |
| Outras receitas                     | 3.316         | 780           |
| (-) PIS                             | (882)         | (508)         |
| (-) COFINS                          | (4.064)       | (2.337)       |
|                                     | <b>77.427</b> | <b>44.490</b> |

O saldo registrado na conta "Receitas - Doações, contribuições e subvenções" refere-se ao enquadramento da Companhia, conforme Resolução Autorizada nº 322, de 19 de setembro de 2005 a sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta Consumo de Combustível (CCC). O valor do investimento a ser considerado para fins de cálculo do benefício da sub-rogação da CCC será reembolsado mensalmente em parcelas correspondentes a energia comercializada com a concessionária, conforme o disposto no artigo 3º da Resolução Normativa nº 146, de 14 de fevereiro de 2005 pela Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, e serão definidas tantas parcelas quanto necessário para que seja atingido o montante total reconhecido e aprovado em Reais, sendo a última parcela igual ao

saldo remanescente. De acordo com o artigo 16 da Lei nº 11.941/2009, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, que modificou o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício definido no artigo 191 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao Regime Tributário Transitório (RTT), devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. A Companhia optou pelo RTT, portanto, os valores registrados nesta Conta "Doações, contribuições e subvenções" não estão sujeitos à tributação. Em 2015, a Companhia passou a comercializar o excedente de produção ao contrato com a CELPA diretamente no mercado de curto prazo, fato que impactou no aumento das receitas no exercício.

| 16. Custos:                    | 2015            | 2014            |
|--------------------------------|-----------------|-----------------|
| <b>Geração</b>                 |                 |                 |
| Custo de operação              | (7.168)         | (4.215)         |
| Operações com energia elétrica | (3.118)         | (9.020)         |
| Suprimento de energia          | -               | (15.446)        |
| Depreciação e amortização      | (6.099)         | (5.996)         |
|                                | <b>(16.385)</b> | <b>(34.677)</b> |
| <b>Transmissão</b>             |                 |                 |
| Depreciação e amortização      | (740)           | (741)           |
|                                | <b>(740)</b>    | <b>(741)</b>    |
|                                | <b>(17.125)</b> | <b>(35.418)</b> |

Em 2014, a companhia teve custos significativos de produção em decorrência de sinistro ocorrido naquele ano, sendo que em 2015 retomou a regularidade de suas operações.

| 17. Despesas administrativas:   | 2015           | 2014           |
|---------------------------------|----------------|----------------|
| Impostos, taxas e contribuições | (689)          | (922)          |
| Aluguéis e arrendamentos        | (444)          | -              |
| Outras despesas                 | (5.276)        | (5.173)        |
|                                 | <b>(6.409)</b> | <b>(5.673)</b> |

| 18. Depreciação e amortização: | 2015         | 2014         |
|--------------------------------|--------------|--------------|
| <b>Administração</b>           |              |              |
| Depreciação                    | (441)        | (422)        |
|                                | <b>(441)</b> | <b>(422)</b> |

| 19. Despesas não dedutíveis:                    | 2015           | 2014         |
|---|----------------|--------------|
| Brindes e doações                               | (65)           | (65)         |
| Provisão/Reversão para contingências e créditos | (4.061)        | 4.567        |
| Perdas não dedutíveis                           | (152)          | (82)         |
|   | <b>(4.278)</b> | <b>4.420</b> |

| 20. Resultado financeiro:                   | 2015           | 2014           |
|---|----------------|----------------|
| <b>Receitas financeiras</b>                 |                |                |
| Rendas                                      | 1.197          | 1.228          |
| Outras receitas                             | 26             | -              |
| <b>Despesas financeiras</b>                 | <b>1.223</b>   | <b>1.228</b>   |
| Encargos sobre empréstimos e financiamentos | (2.799)        | (3.210)        |
| Juros de mora                               | (600)          | (8)            |
| Outras despesas                             | (39)           | (40)           |
|   | <b>(3.438)</b> | <b>(3.258)</b> |
|   | <b>(2.215)</b> | <b>(2.030)</b> |

**21. Instrumentos financeiros (CPC 14): Identificação e valorização dos instrumentos financeiros:** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

|                              | Saldo contábil  | Valor de mercado (não auditado) |
|------------------------------|-----------------|---------------------------------|
| Caixa e equivalente de caixa | 4.113           | 4.113                           |
| Clientes                     | 5.395           | 5.395                           |
| Adiantamentos a fornecedores | 402             | 402                             |
| Fornecedores                 | (2.658)         | (2.658)                         |
| Empréstimos e financiamentos | (28.502)        | (28.502)                        |
|                              | <b>(21.250)</b> | <b>(21.250)</b>                 |

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante tem liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados,

os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

**Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar:** Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. **Financiamentos:** O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em Reais tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado. Para os demais empréstimos e financiamentos, inclusive os denominados em moeda estrangeira, a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, apurada pelo método do fluxo de caixa descontado. **22. Gestão de riscos:** Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui contas a receber de cliente e outras contas a receber, depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta a risco de taxas de juros, risco de crédito e risco de liquidez. **Risco de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis e correção monetária vinculada a índices.

**Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de que a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A Companhia possui autonomia para realizar cobranças administrativas e judiciais caso o cliente não cumpra suas obrigações. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Companhia e o risco é minimizado na alocação de recurso com entidades de primeira linha e de grande porte.

**Risco de liquidez:** O risco de liquidez decorre das decisões da Administração da Companhia, do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras conforme elas vençam. A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, analisando e projetando as entradas e saídas de recursos de curto prazo, avaliando sempre novas formas de financiamento caso ocorram erros nas projeções desses recursos de giro. **23. Outras informações:** **a. Operações com instrumentos derivativos:** A Companhia não opera com instrumentos derivativos. **b. Índice de cobertura do serviço da dívida com o BNDES:**

| A - Geração de caixa da atividade | 2015          | 2014         |
|-----------------------------------|---------------|--------------|
| EBTIDA                            | 30.592        | 8.865        |
| IRPJ                              | (3.732)       | -            |
| CSLL                              | (1.352)       | -            |
| Variação do capital de giro       | (5.836)       | 630          |
|                                   | <b>19.673</b> | <b>9.495</b> |

| B - Conta de consumo de combustível       | 2015          | 2014          |
|---|---------------|---------------|
| Benefício da conta consumo de combustível | 28.117        | 15.799        |
|   | <b>28.117</b> | <b>15.799</b> |

| C - Serviço da dívida    | 2015          | 2014          |
|--------------------------|---------------|---------------|
| Amortização de principal | 10.728        | 8.414         |
| Pagamento de juros       | 2.634         | 4.805         |
|                          | <b>13.362</b> | <b>13.219</b> |

**D - Índice de cobertura do serviço da dívida = A + B/C**

| 24. Seguros (não auditado): | 2015        | 2014        |
|-----------------------------|-------------|-------------|
|                             | <b>3,58</b> | <b>1,91</b> |

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

| Andre Gustavo Azevedo Gomes | Rubens Cardoso da Silva | Kairon Silveira      | Octavio Augusto da Cunha | Devaniildo Forato     |
|-----------------------------|-------------------------|----------------------|--------------------------|-----------------------|
| Diretor Superintendente     | Diretor Superintendente | Diretor              | Diretor                  | Contador              |
| RG: 1121565 SSP/DF          | RG: 19.553.631-9 SSP/SP | RG: 353.704-9 SSP/SP | RG: 77.102.386-54 SSP/RJ | CRC SP-185361/O-0S-PA |
| CPF: 584.838.101-15         | CPF: 169.174.328-30     | CPF: 229.955.791-15  | CPF: 242.972.327-15      | CPF: 097.167.768-96   |

#### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Curuá Energia S.A.** Cuiabá - MT. Examinamos as demonstrações contábeis da **Curuá Energia S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção

relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis,

independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva:**

continua—☆